



# Vice-presidente do Health Cluster Portugal defende ampla discussão sobre o SNS

## Tendencialmente insustentável

João Lobo Antunes

**O** Health Cluster Portugal (HCP), que reúne já 117 associados (55 em 2008), encomendou a um grupo do ISEG liderado pelo professor Augusto Mateus um estudo sobre “Sustentabilidade e Competitividade na Saúde em Portugal”, cujo relatório está disponível em: <http://healthportugal.com>. O objetivo do HCP é que este documento sirva de base para uma reflexão sobre aquilo que constitui a mais séria ameaça ao Serviço Nacional de Saúde.

O diagnóstico final não deve surpreender: entre 1980 e 2007 observou-se em Portugal uma tendência de crescimento das despesas privadas e públicas em Saúde claramente superior ao ritmo da criação de riqueza por pessoa, e a conjugação destas realidades implica problemas graves quanto à sustentabilidade do sistema. Este não é, no entanto, apenas um problema nacional, pois afeta globalmente a Europa, cujo futuro foi objeto de um estudo recente do “The Economist”: “The future of health care in Europe”, que conclui que os sistemas de saúde nos países

desenvolvidos enfrentam “a ruína financeira”.

As causas são evidentes: o envelhecimento da população e o aumento das doenças crónicas; avanços farmacológicos e tecnológicos caríssimos; as exigências dos doentes, que conhecem melhor o que há disponível; preconceitos e modos de financiamento inadequados às necessidades de hoje. O problema em Portugal é agravado pelo facto de ser praticamente impossível qualquer discussão sobre esta matéria, aberta, realista, isenta de anteo-lhos ideológicos. Quem procura abordar desta forma o tema, mesmo quando claramente defende o SNS, arrisca-se logo à acusação de querer ‘matar’ o SNS. É claro que esta ortodoxia míope não percebe que é ela a verdadeira ameaça ao SNS.

Quanto à saúde, o memorando da *troika* enuncia um número de medidas que, apenas por inépcia ou porque desafiavam interesses estabelecidos, foram sucessivamente adiadas nos últimos anos. Naturalmente estas medidas não estão orientadas para o médio ou longo prazo, como as que preconizam os dois estudos. Destes, registam-se como principais recomendações:

É preciso que os políticos reconheçam que

os ganhos em saúde se refletem positivamente na criação de riqueza.

Os cuidados de saúde dispensados, vão requerer racionamento dos serviços e uma articulação correta entre o público e o privado.

Os médicos de medicina geral e familiar devem ser os protagonistas principais do sistema.

É preciso incentivar medidas preventivas e hábitos de vida saudáveis.

É indispensável que os cidadãos assumam mais responsabilidade pela sua própria saúde.

É evidente que isto não se resolve com retóricas políticas: incluir um doente numa lista de espera não é prestar cuidados de saúde.

Também, como notou Michael Porter recentemente, procurar resolver a questão com uma simples redução de custos sem considerar os resultados conseguidos, é uma medida perigosa e autodestrutiva que leva a falsas poupanças e à limitação potencial da eficácia dos cuidados prestados.

É minha convicção que o ‘relatório Mateus’ poderá constituir um ponto de partida para uma discussão mais ampla por todos os que realmente prezam o SNS em Portugal. É intenção do HCP promovê-la.